

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO E O DIREITO FINANCEIRO.....	47
1. Atividade Financeira do Estado	47
2. Direito Financeiro.....	49
2.1. Autonomia do Direito Financeiro	51
2.2. Fontes do direito financeiro	55
2.2.1. Fontes Formais.....	56
2.2.1.1. Fontes Principais.....	56
A) Constituição Federal	56
B) Leis Complementares.....	56
B.1. Lei Complementar n.º 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.....	58
B.2. Lei 4.320/64	61
C) Leis Ordinárias.....	62
D) Leis Delegadas	62
E) Medida Provisória	63
E.1. Jurisprudência	63
2.2.1.2. Fontes Secundárias.....	65
A) Decretos	65
B) Resoluções	65
C) Atos Normativos.....	66
D) Decisões Administrativas.....	66
E) Decisões Judiciais – Judicialização das políticas públicas.....	66
2.2.2. Fontes Materiais – Ciência das Finanças.....	78
3. Premissas do Direito Financeiro	80
3.1. Limitação de Recursos.....	81
3.2. Escolhas Trágicas.....	84
4. Competência Legislativa.....	87
4.1. Competência dos Municípios em matéria de direito financeiro	91
5. Direito Financeiro e o Federalismo Assimétrico.....	93
6. Quadro Sinóptico	99

7. Informativos selecionados	101
7.1. STF	101
8. Questões de Concursos Públicos	102

CAPÍTULO 2

ORÇAMENTO PÚBLICO 107

1. Conceito	108
2. Aspectos do Orçamento	109
3. Natureza Jurídica	113
3.1. Emendas Constitucionais recentes (86/2015; 100/2019; 102/2019 e 105/2019) e a impositividade do orçamento.....	117
3.2. Releitura da natureza jurídica do orçamento após a EC n. 100/2019. O que muda no orçamento	124
3.3. Quadro doutrinário	128
3.4. Panorama jurisprudencial.....	130
3.5. Orçamento Público “Secreto”: contradição nos seus termos.....	132
3.6. Controle de constitucionalidade do orçamento	137
3.7. O orçamento e a sua autoridade de lei.....	141
4. Espécies de Orçamento	143
5. Princípios Orçamentários e financeiros.....	146
5.1. Princípio da Legalidade.....	150
5.2. Princípio da Exclusividade	152
5.3. Princípio da Programação	153
5.4. Princípio do Equilíbrio Orçamentário (EC n. 95/16).....	155
5.5. Princípio da Anualidade.....	158
5.6. Princípio da Unidade	160
5.7. Princípio da Universalidade.....	160
5.8. Princípio do Orçamento-bruto	162
5.9. Princípio da Transparência Orçamentária.....	162
5.9.1. Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).....	166
5.9.2. Do Relatório de Gestão Fiscal (RGF)	167
5.9.3. Da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/11).....	170
5.9.4. O tema na jurisprudência.....	172
5.9.5. Transparência e os gastos secretos	173
5.10. Princípio da Não Afetação (Não Vinculação) das Receitas de Impostos	175
5.11. Princípio da Especificação ou Especialização	182

5.12. Princípio da Proibição de Estorno	183
5.13. Princípio da Unidade de Tesouraria (ou Unidade de Caixa).....	187
5.14. Princípio da Economicidade	190
5.15. Princípio da diferenciação das fontes de financiamento	192
6. Dos Créditos Adicionais.....	193
6.1. Créditos Suplementares.....	194
6.2. Créditos Especiais	196
6.3. Créditos Extraordinários	197
6.4. Fontes para a abertura de créditos adicionais	200
6.4.1. Superávit Financeiro.....	201
6.4.2. Excesso de Arrecadação	201
6.4.3. Anulação Parcial ou Total de Dotações	201
6.4.4. Operações de Crédito.....	202
6.4.5. Reserva de Contingência	202
6.4.6. Recursos sem despesas correspondentes	202
7. Da Orçamentação	203
7.1. Ciclo Orçamentário	204
7.1.1. Iniciativa	204
A) Pode o Executivo alterar a proposta orçamentária dos demais órgãos e poderes?	209
7.1.2. Apreciação e Emendas ao orçamento	210
7.1.3. Sanção ou veto	215
7.1.4. Execução	216
7.1.5. Controle	218
8. Das Leis Orçamentárias.....	218
8.1. Plano Plurianual	219
8.1.1. Conceito	219
8.1.2. Conteúdo.....	220
8.1.3. Prazo para envio	221
8.1.4. Vigência.....	221
8.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	223
8.2.1. Conceito	223
8.2.2. Conteúdo.....	227
8.2.3. Prazo para envio	227
8.2.4. Vigência.....	228
8.2.5. LDO e as novidades trazidas pela LRF	229

8.2.5.1. Do Anexo de Metas Fiscais	229
8.2.5.2. Do Anexo de Riscos Fiscais	231
8.3. Lei Orçamentária Anual (LOA)	232
8.3.1. Conceito	232
8.3.2. Conteúdo	234
8.3.3. Prazo para envio	236
8.3.4. Vigência	237
8.3.5. LOA e as novidades trazidas pela LRF	237
9. Abordagem Crítica do Orçamento: Atraso no trâmite das leis orçamentárias e ausência de afinidade lógica	239
10. Orçamento Participativo	243
11. Desvinculação da Receita da União (Emendas Constitucionais nºs 10, 17, 27, 42, 56, 68, 93 e 126)	245
11.1. A tredestinação da receita dos tributos vinculados e seus reflexos jurídicos	250
12. Vedações do art. 167 da Constituição Federal	254
13. Da Intervenção Judicial no Orçamento Público	259
13.1. Uma distinção inicial: direitos fundamentais x direitos sociais	261
13.2. Da atuação judicial distante dos custos	265
13.3. Do crescente aumento do papel do Judiciário (Ativismo Judicial)	269
13.4. Da inabilidade judicial de proferir decisões com efeitos de lei	273
13.5. Atividade política e o papel judicial	276
13.6. Dos direitos sociais	280
13.6.1. Indefinição do seu conteúdo	284
13.6.2. Dispêndio de recursos públicos na sua proteção	292
13.7. Posicionamento recente do STJ e do STF no tema referente a medicamentos	294
13.8. Uma proposta de conclusão	298
13.8.1. Quando há o programa respectivo com recurso disponível	299
13.8.2. Quando não há o programa respectivo, mas há recurso disponível	299
13.8.3. Quando não há o programa respectivo e não há recurso disponível	303
13.8.4. Quando há programa para determinado fim, mas não há recurso	304
14. Quadro sinóptico	308
15. Súmulas Aplicáveis	316
15.1. STJ	316
15.2. STF	316
16. Informativos Recentes	317
16.1. STJ	317
16.2. STF	318

17. Jurisprudência Seleccionada	325
17.1. STJ	325
17.2. STF	325
18. Questões de Concursos Públicos	328

CAPÍTULO 3

TEORIA DOS INGRESSOS PÚBLICOS – RECEITA PÚBLICA..... 341

1. Introdução	341
2. Conceito	342
3. Classificação.....	343
3.1. Quanto à periodicidade ou regularidade.....	343
3.1.1. Ordinária	343
3.1.2. Extraordinária	343
3.2. Quanto ao sentido	343
3.2.1. Amplo.....	343
3.2.2. Restrito	343
3.2.3. “Taxas” de inscrição em concurso público e sua classificação	345
3.3. Quanto à competência do ente da Federação.....	347
3.3.1. Federal	347
3.3.2. Estadual (Distrital).....	347
3.3.3. Municipal	347
3.4. Quanto às fontes, origem ou coercitividade.....	347
3.4.1. Originárias	348
3.4.2. Derivadas	348
3.5. Quanto à natureza ou previsão orçamentária.....	354
3.5.1. Orçamentária	354
3.5.2. Extraorçamentária	354
3.6. Quanto à categoria econômica (classificação legal)	356
3.6.1. Receitas Correntes.....	357
A) Receita Tributária	357
B) Receitas de Contribuições	357
C) Receita Patrimonial	357
D) Receita Agropecuária	357
E) Receita Industrial	357
F) Receita de Serviços	358
G) Transferências Correntes.....	358

H) Outras Receitas Correntes – Análise da natureza jurídica dos royalties.....	358
3.6.2. Receitas de Capital.....	361
A) Operações de Crédito.....	361
B) Alienação de Bens.....	362
C) Amortização de Empréstimos.....	362
D) Transferências de Capital.....	362
E) Outras Receitas de Capital.....	362
4. Regime Contábil da Receita.....	365
5. Dívida Ativa (art. 39, da Lei N. 4.320/64).....	366
5.1. Da possibilidade de protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA).....	368
5.2. Da distinta classificação dos tributos aplicada no conceito de dívida ativa e nos institutos da Lei de Execução Fiscal.....	370
6. Fases da Receita.....	372
6.1. Previsão.....	372
6.2. Lançamento.....	373
6.3. Arrecadação.....	374
6.4. Recolhimento.....	375
7. Receita Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	375
7.1. Receita Corrente Líquida.....	376
7.1.1. Receita Corrente Líquida x Base de Cálculo do Repasse ao Legislativo Municipal (duodécimo).....	377
7.1.2. Receita Corrente Líquida x Base de Cálculo dos índices constitucionais de saúde e educação.....	379
7.1.3. Receita Corrente Líquida como base de cálculo de diversos institutos legais.....	383
A) Reserva de Contingência.....	383
B) Dívida consolidada dos entes federativos.....	384
C) Despesas com pessoal.....	384
D) Parcerias público-privadas.....	385
E) Pagamento de precatórios.....	386
7.2. Responsabilidade na gestão fiscal.....	387
7.2.1. Sanções pela não eficiência arrecadatória.....	388
7.3. Renúncia de Receita.....	391
8. Repartição de Receitas Tributárias – Transferências Constitucionais.....	401
8.1. Transferências constitucionais e seu reflexo no Imposto de Renda Retido na Fonte.....	405
8.2. Transferências constitucionais e reflexo da isenção do ICMS nos repasses aos Municípios.....	408
8.3. Transferências constitucionais e reflexos da isenção do IPI e do IR nos repasses aos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	414

8.4. Compensação dos Estados pela desoneração das exportações do ICMS – “Lei Kandir”	416
8.5. A repatriação e o reflexo nas receitas dos Estados e dos Municípios	417
9. Bloqueio de Transferências	417
10. Sobre os Fundos Públicos.....	420
11. Duodécimos: entrega de recursos aos demais Poderes e Órgãos	425
12. Quadro Sinóptico	431
13. Súmulas Aplicáveis.....	435
13.1. STJ	435
13.2. STF	435
14. Informativos Recentes.....	435
14.1. STJ	435
14.2. STF	436
15. Jurisprudência Seleccionada.....	439
15.1. STF	439
15.2. STJ	441
16. Questões de Concursos Públicos	442

CAPÍTULO 4

DESPESAS PÚBLICAS 455

1. Introdução	456
2. Conceito	456
3. Classificação.....	459
3.1. Quanto à Origem do Recurso	459
3.2. Quanto à competência do ente.....	460
3.2.1. Federal	460
3.2.2. Estadual	460
3.2.3. Municipal	460
3.3. Quanto à regularidade.....	460
3.4. Quanto à natureza legal	460
3.4.1. Despesas Correntes	461
3.4.2. Despesas de Capital.....	462
3.5. Quanto ao disposto pela LRF.....	464
3.6. Classificações para os concursos de Auditor do Tribunal de Contas, Técnicos e Analistas.....	465
3.6.1. Classificação institucional.....	465
3.6.2. Classificação Funcional-Programática.....	466
4. Fases da despesa Pública	469

4.1. Empenho	471
4.1.1. Tipos de Empenho.....	474
4.1.2. Pode um empenho ser cancelado ou anulado?	475
4.2. Liquidação	477
4.3. Pagamento. Importância do ordenador de despesas	480
4.3.1. Impessoalidade no pagamento – Ordem cronológica de sua ocorrência	483
4.3.2. Pagamento antecipado	485
4.3.3. Retenções de tributos nos pagamentos e exigência de certidões de regularidade fiscal .	486
5. Regime Contábil da Despesa.....	489
5.1. Exceções aos regimes contábeis.....	491
5.2. Regime de Competência e o período adicional	492
6. Restos a Pagar	493
6.1. Restos a pagar em final de mandato	498
6.2. Restos a pagar e calamidade pública	501
7. Adiantamento ou Suprimento de Fundos.....	502
8. Despesas Públicas de Origem Administrativa: Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)	506
9. Despesas Públicas de Origem Judicial: Precatório.....	509
9.1. Conceito e finalidade	509
9.2. Alcance do regime.....	511
9.3. Procedimento.....	515
9.4. Regra geral dos precatórios.....	516
9.5. Classificação dos precatórios. Ordem de pagamento.....	518
9.5.1. Jurisprudência e a EC n. 94/16	521
9.6. Requisitos de Pequeno Valor	523
9.7. Exceção ao regime. Força material do orçamento. O caso dos anistiados políticos	526
9.8. Função administrativa do Tribunal.....	530
9.9. Complementação, Suplementação e Fracionamento de Precatório	531
9.10. Compensação de precatório realizado pela Fazenda Pública (compensação de ofício)	533
9.11. Precatórios e reflexos tributários.....	535
9.11.1. Compensação realizada pelo contribuinte.....	535
9.11.2. Precatório e o processo executivo fiscal	540
9.11.3. Precatório e Certidão Negativa de Débito (CND)	540
9.11.4. Precatórios, depósitos judiciais e litigância tributária (LC n. 151/15)	541
9.11.5. Precatório e transação tributária	545
9.12. Precatórios e suas múltiplas finalidades.....	545

9.13. Atualização monetária dos precatórios.....	546
9.14. Cessão de Precatórios	551
9.15. Das Emendas Constitucionais n.s 113 e 114, ambas de 2021. PEC dos Precatórios. Limitação de seu pagamento.....	552
9.16. Amortização de dívidas via precatórios.....	555
9.17. Regimes Especiais de Precatórios.....	556
9.17.1. Regime Especial da EC n. 62/09.....	559
9.17.2. Como era aplicado o Regime Especial de Precatório da EC n. 62/09.....	560
9.17.3. Da modulação de efeitos da decisão do STF.....	561
9.17.4. Emendas Constitucionais n. 94/16, n. 99/17 e n. 109/21 – um novo regime de pagamento de precatórios.....	565
9.18. Precatório e Dano Moral.....	571
9.19. Do sequestro das contas públicas e hipóteses de permissão constitucional	573
9.20. Intervenção federal.....	582
9.21. Do cancelamento de precatórios e sua prescrição.....	583
10. Despesas Públicas e O Novo Regime Fiscal (EC n. 95/16 – “Teto dos Gastos Públicos”).....	584
10.1. Período do Novo Regime Fiscal.....	584
10.2. Alcance do Regime.....	586
10.3. Indexador do crescimento das despesas	587
10.4. Exceções ao regime.....	589
10.5. Vedações	593
10.6. Novo Regime Fiscal e a proteção dos direitos sociais	595
11. Despesas Públicas e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	599
11.1. Da execução orçamentária.....	599
11.2. Limitação de Empenho. Contingenciamento	600
11.3. Limitação de empenho de outros poderes pelo Executivo. Inconstitucionalidade reconhecida	603
11.4. Geração de despesa	605
11.5. Despesa obrigatória de caráter continuado – DOCC	607
11.6. Despesas com pessoal.....	609
11.6.1. Conceito	611
11.6.2. Limites de gasto dos Poderes e órgãos. Especificidade da Câmara de Vereadores. Novidades da LC n. 178/2021	615
11.6.3. Exceções ao cômputo dos gastos.....	619
11.6.4. Despesas nulas	622
11.6.5. Controle dos gastos de pessoal.....	625
A) Limite alerta.....	625

B) Limite prudencial	626
C) Excesso de despesa: prazo para a sua eliminação	630
D) Regra temporária para recondução das despesas com pessoal ao limite (LC n. 178/2021)	630
E) Direito à nomeação e à incorporação de vantagens versus limitação orçamentária	632
F) Medidas legais e constitucionais para o controle de gastos com pessoal	635
G) Direito à revisão anual em tempos de crise financeira. Dos custos dos direitos	639
H) Sanções	644
I) Suspensão das sanções frente à queda das receitas. Inovação da LC n. 164/2018	645
J) Despesas com pessoal e calamidade pública	646
11.7. Despesas com a seguridade social	647
12. Destinação de Recursos para o Setor Privado – Subvenções	648
13. Cooperação entre os entes Federativos	651
14. Transferências	652
14.1. Transferências Obrigatórias	652
14.2. Transferências Voluntárias	652
14.2.1. Requisitos	654
14.2.2. Exceções	655
14.2.3. Do Cadastro Único de Convênio. Sanções aos entes federativos	656
14.2.4. Medidas que habilitam o ente federativo ao recebimento das transferências voluntárias. Responsabilização pessoal do ex-gestor	660
14.2.5. Princípio da intranscendência subjetiva das sanções	663
14.3. Transferências automáticas	667
15. Despesa Pública em Tempos de Crise – Reflexos da Pandemia da COVID-19. EC n. 109/21, EC n. 106/20 e LC n. 173/20	667
15.1. Considerações iniciais	667
15.2. Critérios para a fixação das despesas em tempos de crise. Análise à luz das recentes inovações legislativas	668
15.3. Calamidade Pública e a Constituição Federal (EC n. 109/21)	671
15.4. Crise financeira e medidas constitucionais de controle de gastos (EC n. 109/21)	674
15.5. Crise financeira e a Lei de Responsabilidade Fiscal	678
15.6. O recente caso Coronavírus – Como os poderes enfrentaram o problema	682
15.6.1. O problema	682
15.6.2. Medidas legislativas tomadas no âmbito da receita, da despesa e do crédito público para o combate à crise. EC 106/20 e LC n. 173/20	682

15.6.3. Do enfrentamento judicial	686
16. Quadro Sinóptico	687
17. Súmulas Aplicáveis	699
17.1. STJ	699
17.2. STF	699
18. Informativos Recentes	699
18.1. STJ	699
18.2. STF	702
19. Jurisprudência Seleccionada	712
19.1. STJ	712
19.2. STF	713
20. Questões de Concursos Públicos	715

CAPÍTULO 5

LINHAS GERAIS DO CRÉDITO PÚBLICO..... 727

1. O Empréstimo como Processo Financeiro	727
2. BREVE HISTÓRICO	729
3. ASPECTOS JURÍDICOS DO CRÉDITO PÚBLICO	730
4. Conceito	732
4.1. Crédito Público como fonte de receitas – Empréstimo público – Estado Devedor.....	732
4.2. Crédito Público como política interventiva na economia – Estado credor	734
5. Natureza Jurídica	736
5.1. Tese Drago	738
6. Classificações do Crédito Público	739
6.1. Quanto à coercitividade	739
6.2. Quanto à temporalidade	741
6.2.1. Dívida pública flutuante	741
6.2.2. Dívida pública fundada ou consolidada.....	741
6.3. Quanto à Origem dos Recursos.....	743
6.3.1. Dívida externa.....	743
6.3.2. Dívida interna.....	744
7. Títulos da Dívida Pública e sua Relação com o Direito Tributário	745
8. Crédito Público na Constituição Federal	747
8.1. Atribuições do Congresso Nacional.....	749
8.2. Atribuições do Senado Federal	749

9. Crédito Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	753
9.1. Definições gerais.....	753
9.2. Da contratação das operações de crédito.....	755
9.3. Operações de crédito proibidas.....	758
9.4. Concessão de garantias.....	760
9.5. Limites e controle para o endividamento público.....	761
9.6. Antecipação da Receita Orçamentária (ARO).....	762
10. Pedaladas Fiscais. O <i>Impeachment</i> de Dilma Rouseff.....	764
10.1. Da abertura de créditos suplementares sem autorização legislativa.....	764
10.2. Dos atrasos no repasse de dinheiro para os bancos públicos federais.....	767
11. O Banco Central na Constituição E NA LRF.....	771
11.1. EC n. 106/20 e as alterações momentâneas nas atribuições do Banco Central para combater a “calamidade fiscal”.....	775
12. O Sistema Financeiro Nacional.....	778
13. Quadro Sinóptico.....	781
14. Informativos Recentes.....	784
15. Jurisprudência selecionada.....	785
15.1. STF.....	785
16. Questões de Concursos Públicos.....	788

CAPÍTULO 6

CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO.....	797
1. critérios para o controle.....	798
2. Áreas de Controle.....	802
3. Espécies de Controle.....	804
3.1. Quanto ao momento.....	804
3.2. Quanto ao órgão ou agente que realiza a fiscalização.....	806
3.2.1. Controle Interno.....	806
3.2.2. Controle Externo.....	808
3.2.3. Controle Popular, Privado ou Social (<i>Whistleblowing</i>).....	810
4. Objeto do Controle.....	814
5. A LINDB e seus Reflexos nas Decisões Envolvendo as Finanças Públicas.....	820
5.1. Vedação do decisionismo no direito.....	821
5.2. Decisão que resulte em invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa....	822
5.3. Interpretação de normas sobre gestão pública.....	822
5.4. Segurança jurídica e invariança do direito.....	823

6. Dos Tribunais de Contas	825
6.1. Conceito e função	826
6.2. Natureza Jurídica do Tribunal de Contas	826
6.3. Tribunal de Contas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Definição da competência jurisdicional no controle das transferências intergovernamentais	827
6.4. Natureza Jurídica das Decisões dos Tribunais de Contas	834
6.5. Tribunal de Contas e a constitucionalidade de leis e atos do poder público	835
6.6. Eficácia das decisões do Tribunal de Contas. Legitimidade para a sua cobrança	838
6.7. O devido Processo Legal, o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo	840
6.8. Competência do Tribunal de Contas	841
6.8.1. Emissão de Parecer Prévio	841
6.8.1.1. O tema na Jurisprudência	843
A) Quando não há o julgamento das contas pelo Legislativo	843
B) Rito do julgamento das contas do Presidente da República	844
6.8.2. Julgamento de contas	845
6.8.2.1. Contas de Governo x Contas de Gestão – Resgate da valorização do Poder Legislativo	847
6.8.2.2. “Lei da Ficha Limpa” e o julgamento do Tribunal de Contas	855
6.8.2.3. Delegação de competência e responsabilidade dos gestores	857
6.8.2.4. Possíveis resultados do julgamento do Tribunal de Contas	860
6.8.2.5. Do julgamento das contas dos Tribunais de Contas	862
6.8.3. Controle de atos de pessoal	864
6.8.3.1. O tema na Jurisprudência	865
6.8.4. Fiscalização em sentido estrito	866
6.8.4.1. O tema na jurisprudência	870
6.8.5. Aplicação de Sanções e Medidas Cautelares	871
6.8.5.1. Espécies de Sanções: multas e ressarcimento	872
6.8.5.2. Sanções e tipicidade	876
6.8.5.3. Medidas cautelares e outras atribuições punitivas	877
6.8.5.4. Transmissibilidade das sanções aos sucessores	880
6.8.5.5. Excludentes das sanções	881
6.8.5.6. Prescrição das sanções: a polêmica imprescritibilidade das ações de ressarcimento	883
6.8.5.7. Da impossibilidade de aplicação de penalidades através do parecer prévio	887
6.8.6. Competência Corretiva	890
6.8.7. Dever de Representação	894
6.8.8. Auxílio aos Fundos de Participação	894
6.8.9. Auxílio à Comissão Mista Permanente	895

6.8.10. Poder Regulamentar	897
6.9. Tribunal de Contas e a Lei de Responsabilidade Fiscal	898
6.10. Tribunal de Contas e o Sigilo Bancário.....	900
6.10.1. O tema na Jurisprudência.....	900
6.11. Organização dos Tribunais de Contas.....	901
6.11.1. Composição.....	901
6.11.2. Requisitos para o provimento dos cargos	901
6.11.3. Competência para indicação dos membros.....	902
6.11.4. Equivalência de impedimentos e vantagens	903
6.12. Tribunal de Contas e os Direitos Fundamentais	905
7. Direito financeiro como instrumento de combate à corrupção. <i>Compliance</i> e Lei Anticorrupção	907
8. Quadro Sinóptico	917
9. Súmulas Aplicáveis.....	920
9.1. STJ	920
9.2. STF	920
9.3. TCU.....	921
10. Informativos Recentes.....	924
10.1. STJ	924
10.2. STF	925
11. Jurisprudência Seleccionada.....	935
11.1. STF	935
12. Questões de Concursos Públicos	938

ADENDO

JURISPRUDÊNCIA ESPECÍFICA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	943
INFORMATIVOS: LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – STF.....	949
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	969